

GDF quer 211 bilhões para o seu orçamento

O governador José Aparecido encaminhou ontem ao presidente José Sarney proposta de lei orçamentária do GDF para 1989. O documento prevê gastos de Cz\$ 211,9 bilhões e foi elaborado de forma a respeitar todos os cortes previstos na Operação Desmonte, efetuada pelo Governo Federal para tentar conter o déficit público.

A proposta orçamentária prevê uma receita própria do GDF de Cz\$ 114 bilhões (53,82 por cento). As transferências da União atingem a cifra de Cz\$ 79,6 bilhões (37,55 por cento). Os recursos vinculados — imposto recolhido aqui e repassado à União, que reverte uma parcela — estão estimados em Cz\$ 18,3 bilhões (8,63 por cento). O secretário de Assuntos Econômicos e Reforma Administrativa, Arlécio Gazal, observa, contudo, que essa proporcionalidade é sempre invertida no final de cada exercício, com a União sendo responsável por cerca de 70 por cento dos recursos do GDF.

GASTOS

De acordo com o secretário, cerca de Cz\$ 155,6 bilhões (73,38 por cento do montante) serão gastos com a folha de pagamento de pessoal da administração dire-



ta, fundações, autarquias e das empresas Codeplan, Novacap e Emater, que empregam cerca de 73 mil dos aproximadamente 84 mil servidores do GDF. Os funcionários do BRB, Caesb, Shis, CEB, TCB, Ceasa, Terracap, SAB e Proflora são remunerados com recursos próprios.

O funcionamento da máquina administrativa, incluindo despesas com energia elétrica, telefone, aluguel, água e outros — vão consumir Cz\$ 18,2 bilhões (8,61 por cento). O GDF terá Cz\$ 29,3 bilhões (13,84 por cento) para

aplicar em investimentos. Além de uma reserva de contingência de Cz\$ 8,8 bilhões (4,17 por cento) destinada a futuros aumentos de pessoal

DESMONTE

O governador encaminhou, junto com a proposta de lei orçamentária, ofício ao ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, advertindo para as graves consequências que a Operação Desmonte vai trazer para o Distrito Federal. Ele argumenta que o GDF havia solicitado para as áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública, incluindo também recursos para os projetos de combate à erosão e despoluição do Lago Paranoá, a quantia de Cz\$ 62 bilhões 103 milhões, mas está previsto o repasse de apenas Cz\$ 1 bilhão 301 milhões.

Aparecido observa que o corte foi de 97 por cento, o que praticamente inviabilizará as atividades da Secretaria de Segurança Pública no próximo ano. Adverte ainda que os cortes para os setores de Educação e Saúde impedirão a execução de implementos indispensáveis às escolas, assim como a reforma e ampliação do Hospital de Base e todos os programas de educação e saúde.